Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Serviço de Notícias - Agência INFRA
Brasília, *|DATE:d|* de fevereiro de *|DATE:Y|*
Resumo das informações publicadas entre 19 e 23 de fevereiro pela Agência INFRA

Olá, *|FNAME|*!
Nesta edição do Resumo da Semana: Reunião da ANTT | RITA/Receita, Sucessão na ANEEL | PL do Licenciamento Ambiental | Agenda de Leniência | Concessões Rodoviárias | TCU e Setor Portuário | INFRADebate
Para conhecer nosso Serviço de Notícias Diário para Assinantes, clique aqui.

EMPRESAS PEDEM REVISÃO DO FORMATO DE CLASSIFICAÇÃO DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS NO RCR 4 DA ANTT

da Agência INFRA
A classificação das concessionárias de rodovias criada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) precisa de ajustes porque está desbalanceada, empurrando as empresas para os níveis mais negativos e dificultando que elas consigam se recuperar.
A avaliação foi apresentada nesta quinta-feira (22) à agência por representantes do setor privado que participaram da sessão presencial da Audiência Pública 12/2023, que trata da proposta da 4ª Etapa do RCR (Regulamento das Concessões Rodoviárias), no qual o modelo está sendo rediscutido. A transmissão está neste link.
A classificação das concessionárias (classes A a D) vem sendo discutida há anos na agência, que defende o modelo como forma de melhorar a sua própria gestão e fiscalização dos contratos e poder definir os instrumentos que serão adotados para as que estão nas piores classificações.
Nas etapas anteriores do RCR, que já viraram resoluções da agência, foram estabelecidos os critérios sobre como seria feita a classificação. Mas, sob críticas das empresas, a agência decidiu manter o tema em discussão nesta etapa do regulamento, que é a penúltima prevista.
O diretor-presidente da Melhores Rodovias do Brasil - ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), Marco Aurélio Barcelos, apresentou as reivindicações das companhias que, segundo ele, desejam que a classificação seja implementada, mas pedem a revisão de critérios existentes e a inclusão de novos, o que ele chamou de "ajustes finos".
Barcelos explicou que, pelas regras já aprovadas, o "centro gravitacional" do modelo empurra as empresas para as classificações mais baixas, fazendo com que os níveis C e D fiquem muito próximos. As concessionárias defendem a mudança para que o nível C fique mais próximo do B, distinguindo-se concessionárias que necessitem de ações urgentes (que seriam nível D) das que podem se recuperar.
"Concessionário que cumpre contrato quer ser muito bom. Mas ele tem que ter condições de implementar", explicou Barcelos, explicando que apresentará propostas concretas de mudanças nas sugestões por escrito da audiência.
O diretor-presidente também sugeriu que critérios novos, como níveis de segurança viária e práticas ESG, possam ser avaliados na classificação, o que não está contemplado atualmente. A posição também foi defendida por Luiz Baeta, que representou o Comitê de Rodovias da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base).
Uso experimental
André Luiz Siqueira de Aguiar, gerente técnico da Anut (Associação Nacional dos Usuários de Transportes), sugeriu que o sistema pode passar por um teste de calibração em fase experimental para avaliar se os indicadores de fato retratam a realidade das concessões, sugerindo até mesmo a realização de uma ARR (Avaliação de Resultado Regulatório).
Fernando Feitosa, gerente de regulação rodoviária da ANTT, indicou que o modelo de classificação foi colocado na modelagem anterior como forma de acelerar a classificação das concessionárias e, com isso, poder usar os instrumentos que já foram previstos nos RCRs aprovados para que elas possam ter seus contratos revistos, inclusive em revisões quinquenais que estão em andamento na agência.
Para se beneficiarem dos instrumentos, no entanto, as empresas terão que aderir ao RCR. Por isso elas estão tentando fazer os ajustes na forma de classificação para então iniciar o processo de adesão ao novo regulamento.
Ideia que faz sentido
Ainda de acordo com Feitosa, colocar o modelo em discussão novamente no RCR 4 mostra que a ANTT quer seguir com os ajustes para utilizar a classificação. Ele também apoiou a inclusão de novos parâmetros e disse que a ideia de que os níveis B e C estejam mais próximos "faz sentido".
"A gente pode trabalhar para buscar esse equilíbrio. Sem, no entanto, deixar de exigir um nível de serviço suficiente das concessionárias. Essa é a entrega para o usuário. É nosso dever, maior obrigação, e não podemos abrir mão disso", afirmou o gerente durante o encontro. *(23/02)*

i ENERGIA

ANÁLISE: COM PODER DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES, SUCESSÃO DE HÉLVIO GUERRA É FUNDAMENTAL NA ANEEL

Leila Coimbra, da Agência INFRA
Quem acompanha de perto as votações da diretoria da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) já percebeu que há, claramente, uma divisão entre os cinco diretores. Os debates nas reuniões ordinárias do colegiado estão cada vez mais acalorados, e quase nenhuma aprovação é por unanimidade.

De um lado, o diretor-geral, Sandoval Feitosa, costuma votar em sintonia com a diretora Agnes Costa sobre os processos. Mas há a "oposição": os diretores Fernando Mosna e Ricardo Tili, indicados pelo mesmo grupo político, de Rondônia, do qual faz parte o ex-secretário executivo de Minas e Energia, Efrain Cruz, votam regularmente em consonância entre si e contrários aos pareceres dos dois primeiros. Leia a análise completa neste link. *(19/02)*

PL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL TERÁ PONTOS DIVERGENTES VOTADOS NO PLENÁRIO DO SENADO, DIZ RELATOR DA PROPOSTA

Dimmi Amora, da Agência INFRA
O PL (Projeto de Lei) 2.159/2021 do Senado, que trata da instituição de regras para o licenciamento ambiental, não deve ter um acordo para um texto único, e temas divergentes deverão ser decididos pelo plenário da casa.
É o que afirmou um dos relatores da proposta, o da CMA (Comissão de Meio Ambiente) da casa, senador Confúcio Moura (MDB-RO), em entrevista à **Agência INFRA** na última terça-feira (20) após a abertura dos trabalhos da CI (Comissão de Infraestrutura), da qual é o presidente. A reportagem completa está no site. *(23/02)*

TCU E CGU ENTRAM EM CONSENSO SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS EM APURAÇÃO DE ACORDOS DE LENIÊNCIA

Elisa Costa, da Agência INFRA
O TCU (Tribunal de Contas da União) entrou em consenso com a CGU (Controladoria-Geral da União) e aprovou a regulamentação do ACT (Acordo de Cooperação Técnica) que define regras sobre a atuação dos órgãos na apuração de acordos de leniência, após quatro anos de negociações. A decisão foi tomada em reunião plenária do TCU, na quarta-feira (21) e está disponível neste link.
Com a aprovação do texto, o tribunal passará a receber as informações sobre acordos firmados com empresas envolvidas em desvio de recursos públicos. O texto foi elaborado em 2020 e celebrado em 2021 por TCU, CGU, AGU (Advocacia-Geral da União) e Ministério da Justiça e Segurança Pública, sob a coordenação do STF (Supremo Tribunal Federal). Leia a reportagem completa neste link. *(22/02)*

EM EVENTO INTERNO, DIRETOR-GERAL DA ANTT GARANTE NOVE LEILÕES DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA EM 2024

da Agência INFRA
O diretor-geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Rafael Vitale, afirmou que para 2024 a agência garantiu que vai concluir nove leilões de rodovias. Segundo ele, o volume é o que a agência está preparada para fazer, após avaliar pedido do ministro dos Transportes, Renan Filho, para que fossem realizados 13 certames no ano.
"Temos que fazer um agradecimento ao ministro Renan. Passamos um grande estresse aqui com essa história de fazer 13 leilões. Isso é provocar o salto comportamental. Essa provocação fez com que a gente se organizasse para refletir e consolidar. Treze não dá para fazer. Mas nove a gente faz", disse o diretor-geral durante evento de comemoração do aniversário da agência realizado no último dia 16. Leia a reportagem completa neste link. *(21/02)*

TCU DISCIPLINA INTERNAMENTE ANÁLISE DE PROPOSTAS DE DESESTATIZAÇÃO NO SETOR PORTUÁRIO

da Agência INFRA
Os processos de desestatização do setor portuário ganharam um manual próprio dentro do TCU (Tribunal de Contas da União) para que eles sejam analisados, o que tende a ajudar na velocidade e segurança dos projetos que passam pelo setor.
Publicada no início de fevereiro, a Portaria 1 da AudPortoFerrovia, unidade especializada do órgão, dispõe sobre os procedimentos internos do órgão para analisar os processos de desestatização portuária. Pelas regras internas do tribunal, os órgãos públicos têm que encaminhar, antes de qualquer processo de desestatização, os estudos para análise do tribunal. Leia a reportagem completa neste link. *(22/02)*

INFRADEBATE: MP 1.202/2024; USO DAS ÁGUAS PÚBLICAS; IGP-M E IMPACTOS NOS CONTRATOS PÚBLICOS

para a Agência INFRA
O Brasil enfrenta uma barreira invisível que há anos ameaça seu progresso econômico: a retenção de capital das empresas pelo Estado. Leia o artigo "O capital privado retido e a MP 1.202/2024: mais uma barreira ao crescimento", de Marcelo Araújo, diretor-executivo corporativo e de Participações do Grupo Ultra, disponível no portal da INFRA. *(21/02)*
Águas Públicas
"O uso das águas públicas e seus desafios para a infraestrutura: como regular o espelho d'água?". Leia o texto de André Cyrino, professor de Direito Administrativo da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), no portal da INFRA. *(20/02)*
IGP-M
Novamente o IGP-M: o impacto deflacionário no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos públicos de infraestrutura. Leia o artigo de Fernando Bernardi Gallacci e Gabriel Rosa Gracindo, do escritório Souza Okawa Advogados, no portal da INFRA. *(23/02)*

O Resumo Semanal concentra algumas das melhores reportagens produzidas pelos boletins de notícias diários da **Agência INFRA, enviados exclusivamente aos nossos assinantes.** Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens.
Caso queira assinar nosso Serviço de Notícias Diário, entre em contato.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.
Imagens:
-
Artes:
-

Equipe Agência INFRA
Editor-Chefe: Dimmi Amora
Editora de Energia: Leila Coimbra
Coordenadores: Gabriel Tabatcheik e Rodrigo Zuquim
Repórteres: Elisa Costa, Luana Dorigon, Marisa Wanzeller e Paula Melissa
Colaboradores: Felipe Moura
Administração: Beatriz Souza e Paula de Lima
+55 (61) 3447-5841
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.